



2º Simulado

PC BA

Investigador de Polícia Civil
Pós-Edital

Simulado

PC BA – Investigador – Pós edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso PC BA;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 13:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-PC-BA-Investigador-02-07>

- | | | | |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 76 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 77 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 78 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 79 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 80 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

PORTUGUÊS

Fabricio Dutra

1 Aristóteles dá aula no seu liceu e um aluno lhe pergunta o
que é ética. Aristóteles não responde, mas conta uma história,
aliás, muito conhecida. O comandante de uma embarcação
4 ganha sua vida transportando cargas de um porto a outro. Em
um determinado dia, ele recebe uma importante encomenda.
Contrata uma boa tripulação e parte. Ele conhece aquele
7 percurso como ninguém. No meio do caminho, porém, se
depara com um raro acontecimento naquele local: uma
tempestade. E aí o comandante percebe que, se não jogar a
carga ao mar, é possível que ele venha a naufragar. Aristóteles
10 não termina a história, o que mostra que, para ele, não era
muito importante o que o comandante decidiu. O importante é
13 destacar que a ética é com tempestade e tudo. Diversas vezes,
ouvimos dizer: “precisamos evoluir muito para chegar ao
patamar de uma sociedade ética”, sem percebermos que não é
16 bem assim. A ética é a inteligência compartilhada a serviço do
aperfeiçoamento da convivência com todas as condições
materiais que são as nossas. Se formos esperar uma sociedade
19 ideal para que a ética possa existir, é possível que ela não
venha a existir nunca. Então, considero fundamentais essa
contextualização da vida e a ideia de que a ética é um saber
22 prático.

01. No primeiro período do texto, o pronome ‘lhe’ se refere a:

- a) aluno
- b) aula
- c) Aristóteles
- d) ética
- e) comandante

02. O pronome ‘lhe’, ainda no primeiro período, exerce a função do objeto indireto. Assinale a alternativa em que o termo destacado exerça a mesma função sintática.

- a) Todos vieram da Austrália.
- b) A construção da casa demorou trinta anos.
- c) Os bandidos roubaram-lhe a carteira.
- d) Está errado o ideal em que você acredita.
- e) Eles entenderam a sua sugestão.

03. No último período do texto, o termo ‘Então’ expressa:

- a) tempo
- b) modo
- c) causa
- d) consequência
- e) conclusão

04. A vírgula após a palavra ‘dia’, no quarto período do texto, ocorre pelo mesmo motivo em:

- a) O Presidente ucraniano falou, na semana passada, que reunião é o único caminho para fim da guerra.
- b) O Brasil vive um delicado momento, mas o clima é de otimismo.
- c) Todos esperam o verão, a estação mais lucrativa para o comércio.
- d) Venha logo, pois estou atrasado.
- e) Os alunos chegaram tarde; os professores, cedo.

05. No período “E aí o comandante percebe que, se não jogar a carga ao mar, é possível que ele venha a naufragar”, o termo ‘que’, nas duas ocorrências, é, respectivamente:

- a) pronome relativo e pronome relativo.
- b) conjunção coordenativa e conjunção integrante.
- c) conjunção integrante e conjunção integrante.
- d) pronome relativo e pronome demonstrativo.
- e) conjunção integrante e pronome relativo.

06. No último período, o termo ‘fundamentais’ é, sintaticamente:

- a) predicativo do sujeito
- b) adjunto adnominal
- c) adjunto adverbial
- d) predicativo do objeto
- e) sujeito

07. Sobre o período a seguir:

“... a ideia de que a ética é um saber prático”, assinale a opção correta:

- a) o termo ‘de’ está antecedendo um pronome relativo
- b) a oração ‘de que a ética...’ exerce a função de objeto indireto oracional
- c) A preposição ‘de’ é exigência sintática do termo ‘ideia’.
- D) ‘Saber’ é um verbo intransitivo
- e) O termo ‘ideia’ deveria ter sido acentuado, conforme as regras gramaticais.

08. O texto I é predominantemente:

- a) dissertativo expositivo
- b) narrativo
- c) descritivo
- d) injuntivo
- e) dissertativo argumentativo

09. A oração que o ‘que’ introduz, no primeiro período do segundo parágrafo, exerce a função de:

- a) complemento direto
- b) predicativo do sujeito
- c) sujeito
- d) complemento nominal
- e) aposto

10. Na expressão ‘danoso à sociedade’, se o termo destacado fosse substituído por um dos termos a seguir, em qual das opções continuaria ocorrendo o acento grave?

- a) toda sociedade
- b) essa sociedade
- c) mesma sociedade
- d) cada sociedade
- e) uma sociedade

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

11. Em uma pesquisa de mercado para o lançamento de uma nova marca de carros, oitenta pessoas foram entrevistadas e deviam responder se gostavam dos carros das marcas A e B. Quarenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca A e sessenta pessoas responderam que gostavam dos carros da marca B.

Sobre as oitenta pessoas entrevistadas, é correto concluir que

- a) no máximo vinte não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- b) no mínimo dez não gostam dos carros da marca A nem da marca B.
- c) no máximo dez gostam das duas marcas.
- d) no mínimo trinta gostam das duas marcas
- e) no máximo vinte gostam das duas marcas.

12. Considere, abaixo, as afirmações e o valor lógico atribuído a cada uma delas entre parênteses.

- Ou Junior é pintor, ou Bia não é cozinheira (afirmação FALSA).
- Se César é matemático, então Junior não é pintor (afirmação FALSA).
- Bia é cozinheira ou Ana não é motoqueira (afirmação VERDADEIRA).

A partir dessas afirmações,

- a) Junior não é pintor e Bia não é cozinheira.
- b) Ana é motoqueira ou Bia é cozinheira.
- c) César é matemático e Ana não é motoqueira.
- d) Junior é pintor e César não é matemático.
- e) Ana é motoqueira ou Junior não é pintor.

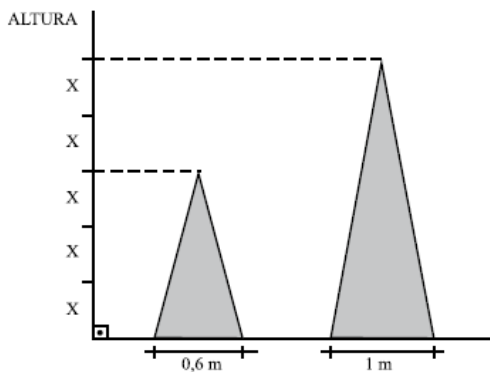
13. Um campeonato de futebol é realizado com 10 times e cada time joga com cada um dos outros uma, e apenas uma, vez. A pontuação é a tradicional: em caso de vitória, o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor nada ganha e, em caso de empate, os dois times ganham 1 ponto cada. No fim do torneio, a soma das pontuações de todos os times deu 120. O número de jogos que terminaram empatados foi

- a) 15.
- b) 66.
- c) 17.
- d) 18.
- e) 20.

Utilize o texto abaixo para resolver as questões 14 e 15

O Estratégia Concursos resolveu criar imagens natalinas decorativas para o final de 2021.

A soma das medidas das alturas das duas imagens natalinas é igual a 8 m.



14. A área do triângulo menor é, em m^2 , igual a:

- a) 2,0
- b) 1,8
- c) 1,5
- d) 1,2
- e) 0,9

15. Se em cada imagem natalina foram instaladas 400 lampadzinhas coloridas por metro quadrado, pode-se concluir que o número de lâmpadas instaladas na imagem de maior altura é igual a:

- a) 800.
- b) 1100.
- c) 1000.
- d) 1200.
- e) 900.

ATUALIDADES

Rodolfo Gracioli

16. “O último ano foi notável em relação ao número de conflitos que se intensificaram e outros que surgiram: vários países com uma população combinada de 850 milhões de pessoas, enfrentaram conflitos de intensidade média ou alta, de acordo com o Banco Mundial”. (ONU Brasil, junho de 2022).

Os países com maior número de deslocados são, respectivamente:

- a) Venezuela, Síria, Sudão do Sul e Mianmar
- b) Congo, Síria, Venezuela e Afeganistão
- c) Afeganistão, Síria, Venezuela e Congo
- d) Venezuela, Congo, Síria e Afeganistão
- e) Síria, Venezuela, Afeganistão e Sudão do Sul.

17. Em junho de 2022, o Supremo Tribunal Federal adiou mais uma vez um julgamento importante com relação à questão indígena no Brasil. Trata-se:

- a) Genocídio do povo guarani da região amazônica, na década de 1990.
- b) Marco temporal, que pode alterar as regras de demarcação de terras indígenas.
- c) Política de cotas voltadas para indígenas no Ensino Superior e concursos públicos.
- d) Obrigatoriedade do ensino da cultura indígena na educação básica.
- e) Garantia da elegibilidade para indígenas que não falem a língua portuguesa.

18. A revista norte-americana Time divulgou a lista das 100 pessoas mais influentes do mundo em 2022. Dois brasileiros aparecem na lista. São eles:

- Jair Bolsonaro e Neymar Jr.
- Anitta e Luva de Pedreiro.
- Luiz Inácio Lula da Silva e Gustavo Lima
- Sonia Guajajara e Tulio Oliveira
- Vinícius Júnior e Luva de Pedreiro

19. “Localizado no bairro do Candeal, em Salvador, único espaço registrado no Brasil exclusivamente para o proposto, foi tombado como patrimônio cultural do município. A cerimônia aconteceu nesta segunda-feira (13) e serviu para preservar e oficializar o templo como bem de valor histórico, cultural e arquitetônico da capital baiana”.

Trata-se:

- “Casa de Ogun”
- “Templo Irmã Dulce”
- Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim.
- Fundação Casa de Jorge Amado.
- Elevador Lacerda

20. “Diante das tensões entre Rússia e Ucrânia, o mundo acompanha as discussões em torno de uma importante aliança internacional em questão. Criada em 1949, o organismo nunca perdeu sua relevância, principalmente com a iminência de possíveis conflitos entre países. Uma das principais causas do aumento da pressão no Leste Europeu insere a entidade no debate”. Adaptado. (Fonte: CNN Brasil, junho de 2022).

O organismo em questão é:

- OCDE
- FMI
- OTAN
- Pacto de Varsóvia
- OMC

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

21. O usuário selecionou um arquivo no disco C, chamado PCBA.txt e a seguir apertou a tecla DEL, em seguida selecionou um arquivo localizado no pen drive chamado BO.txt e apertou a tecla DEL. Podemos deduzir então que:

- Ambos os arquivos foram enviados para a Lixeira do Windows.
- Apenas o primeiro arquivo, PCBA.txt foi enviado para a Lixeira do Windows
- Apenas o segundo arquivo, BO.txt foi enviado para a Lixeira do Windows
- Nenhum arquivo foi enviado para a Lixeira do Windows.
- A Lixeira do Windows não existe mais nas versões atuais do sistema.



22. Observando o texto abaixo, ao clicar no botão existente na barra de ferramentas do Word, o usuário irá ter que resultado no texto.


Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação¶

¶

Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação¶

¶

Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação-teste-de-digitação-Teste-de-digitação-teste-de-digitação¶

- irão ser exibidos no texto os caracteres não imprimíveis.
- irão ser impressos automaticamente todo o conteúdo que contém os caracteres não imprimíveis
- os caracteres não imprimíveis serão ocultados.
- o valor do número  aparecerá no texto.
- serão exibidas as notas de rodapé.

23. Uma planilha no Excel tem os valores

	A	B
1	10	15
2	20	25
3	30	40
4		

Ao digitarmos na célula D4 a seguinte fórmula

=CONT.NUM(A1:B3)

O valor obtido será:

- a) 5
- b) 8
- c) 6
- d) 2
- e) 1

24. Um usuário no Google Chrome ativou o modo de navegação anônimo. Isso significa dizer que:

- a) Apenas o seu histórico será apagado.
- b) Os seus dados de navegação serão apagados quando ele encerrar a sessão de navegação.
- c) Não significa nada, porque a navegação acontecerá da mesma forma.
- d) Todos os dados de personalização do seu navegador serão apagados.
- e) Ele não deixará rastro nenhum para impedir futuras perícias e investigações.

25. O certificado digital, no Brasil, tem os seus padrões regulados por um órgão cujo funcionamento é instituído na MP Nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001. Nesse caso, o órgão citado é:

- a) AC
- b) AR
- c) AC RAIZ
- d) Gabinete de Segurança Nacional
- e) ICP Brasil

PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL E DE GÊNERO

Géssica Ehle

26. Assinale a alternativa incorreta sobre as previsões expressas da Lei Federal nº 9.455, de 07 de abril de 1997 que define os crimes de tortura e dá outras providências.

- a) De acordo com a norma, configura-se tortura o ato de submeter alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento, seja ele físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- b) A pena para aquele que submete pessoa presa ou sujeita a medida de segurança a sofrimento físico ou mental, por intermédio da prática de ato não previsto em lei ou não resultante de medida legal, é de reclusão, de dois a oito anos.
- c) A pena para aquele que se omite em face dessas condutas, quando tinha o dever de evitá-las ou apurá-las, é a mesma prevista para quem submete alguém, sob sua guarda, poder ou autoridade, com emprego de violência ou grave ameaça, a intenso sofrimento físico ou mental, como forma de aplicar castigo pessoal ou medida de caráter preventivo.
- d) Tendo havido crime de tortura cometido por agente público, a Lei prevê aumento de pena.
- e) Há previsão de aumento de pena, de um sexto a um terço, para as situações em que o crime de tortura seja cometido mediante sequestro.

27. Assinale a alternativa incorreta considerando as disposições da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), sobre a assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar.

- a) Há garantia de que, em nenhuma hipótese, a mulher em situação de violência doméstica e familiar, familiares e testemunhas, terão contato direto com investigados ou suspeitos e pessoas a eles relacionadas.
- b) Para a melhor apuração das vicissitudes do fato, a Lei Maria da Penha assegura que a vítima deverá prestar os devidos depoimentos, nos âmbitos criminal, cível e administrativo, bem como elucidar nuances de sua vida privada sempre que necessário.
- c) É dever da autoridade policial que tomar conhecimento de violência contra a mulher adotar, de imediato, as providências legais cabíveis, procedimento que também deverá ser empreendido em se tratando de descumprimento de medida protetiva de urgência deferida.
- d) No atendimento à mulher em situação de violência doméstica e familiar, é um dos deveres da autoridade policial a garantia da proteção da vítima quando se fizer necessário, bem como a comunicação de imediato tanto ao Ministério Público como ao Poder Judiciário.
- e) Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, deverá a autoridade policial ouvir a ofendida, bem como o agressor e as testemunhas.

28. Assinale a alternativa correta sobre a pena aplicável no caso de alguém, por motivo de discriminação de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, obstar a promoção funcional.

- a) Detenção de dois a quatro anos
- b) Reclusão de um a três anos
- c) Detenção de um a cinco anos
- d) Reclusão de três a cinco anos
- e) Reclusão de dois a cinco anos

29. A Lei Federal nº 12.288 / 2010, institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica. Nos termos da lei, assinale a alternativa que indica corretamente o sentido de ações afirmativas.

- a) as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais.
- b) a assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais.
- c) toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada.
- d) toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica.
- e) são os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades.

MEDICINA LEGAL

Paulo Bulynskij

30. NÃO está correto o que se afirma em:

- a) O sinal de puppe-werkgaertner é representado pelo desenho da boca do cano e da alça de mira da arma de fogo na pele da vítima. Irá ocorrer quando o tiro encostado for contra uma superfície depressível, de modo que os gases de explosão se expandam no interior do corpo.
- b) A câmara de mina de hoffmann é o ferimento de entrada com forma irregular, denteada ou com entalhes, devido à ação resultante dos gases que descolam e dilaceram os tecidos. Irá ocorrer nos tiros encostados sob plano ósseo.
- c) Zona de tatuagem é constituída por partículas de pólvora incombustas que alcançam o corpo. Não sai com a lavagem. É um sinal indiscutível de orifício de entrada em tiros a curta distância.
- d) Zona de esfumaçamento ou falsa tatuagem é constituída por grânulos de pólvora combusta (fuligem), sendo superficial e possível a sua remoção por lavagem.
- e) Trajeto é o percurso do projétil no interior de um corpo, animado ou inanimado, enquanto que trajetória é o percurso externo deste projétil.

31. Equimoses são causadas por derrame sanguíneo interno que produz uma mancha que sofre variação cromática desde o início até o pleno reparo da lesão. Esse espectro equimótico serve para avaliar a data da lesão e para verificar, em casos de várias lesões, se ocorreram em dias diferentes. Uma lesão com coloração azulada apresenta evolução, em dias, em torno de

- a) 1-2 dias.
- b) 4-6 dias.
- c) 7-10 dias.
- d) 10-12 dias.
- e) 13-20 dias.

32. Quanto à tanatologia forense, são fenômenos abióticos consecutivos, exceto:

- a) Desidratação cadavérica.
- b) Rigor Mortis
- c) Perda da sensibilidade.
- d) Livor Mortis.
- e) Espasmo cadavérico

33. NÃO está correto o que se afirma em:

- a) Esgorjamento é o nome que se dá à ferida incisa na face anterior e lateral do pescoço.
- b) Degola corresponde à ferida incisa na parte posterior do pescoço.
- c) Esquartejamento é a separação do corpo em diversas partes irregulares.
- d) Decapitação é o ato ou efeito de cortar fora a cabeça em sua totalidade, separando-a do corpo.
- e) Enforcamento é a modalidade de asfixia mecânica determinada pela constrição do pescoço por um laço cuja extremidade se acha fixa a um ponto dado, agindo o próprio peso do indivíduo como força ativa

34. Sobre o Sistema dactiloscópico de Vucetich, não é correto afirmar que:

- a) O Arco apresenta dois deltas e um núcleo central.
- b) Na impressão digital, um dos diversos métodos de identificação, as linhas pretas correspondem a impressões das cristas papilares; as linhas brancas paralelas às linhas pretas, a sulcos; os pontos brancos sobre as linhas pretas, às aberturas dos ductos excretorios das glândulas sudoríparas.
- c) A presilha externa apresenta um delta à esquerda e o núcleo à direita.
- d) A presilha interna apresenta um delta à direita e o núcleo à esquerda.
- e) Universalidade, perenidade e imutabilidade são princípios fundamentais da papiloscopia.

35. Dentro da classificação da parte especial da Medicina Legal, o ramo que “preocupa-se com os acidentes do trabalho, com as doenças profissionais, com a higiene e a insalubridade laborativas” é:

- a) Tanatologia.
- b) Antropologia.
- c) Infortunística.
- d) Vitimologia.
- e) Criminologia.

LEGISLAÇÃO GERAL

Emerson Bruno

36. De acordo com a Lei 12.209/11, que dispõe sobre o Processo Administrativo no Estado da Bahia, NÃO constitui direito do administrado ao postular no processo administrativo.

- a) obter decisão final motivada, com observância dos prazos fixados em lei, sobre requerimentos ou denúncias formuladas.
- b) ser tratado com respeito pelas autoridades e servidores, os quais deverão colocar à disposição meios para o exercício de seus direitos e cumprimento de suas obrigações.
- c) fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, salvo quando obrigatória a representação legal;
- d) ter vista dos autos na repartição na qual tramita o processo, pessoalmente ou por procurador legalmente constituído, ressalvados os casos previstos em lei.
- e) ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure como interessado, bem como das manifestações definitivas e das decisões proferidas.

37. De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, o prazo para o servidor entrar em exercício, contados da data da posse, é de:

- a) 20 (vinte) dias;
- b) 30 (trinta) dias;
- c) 15 (quinze) dias;
- d) 10 (dez) dias;
- e) 45 (quarenta e cinco) dias.

38. Conforme disposto no Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Estado da Bahia, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para o cargo de provimento permanente ficará sujeito a estágio probatório por um período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo. Assinale o fator que NÃO constitui critério de avaliação durante o estágio probatório.

- a) assiduidade.
- b) disciplina.
- c) capacidade de aprendizado.
- d) produtividade.
- e) responsabilidade.

39. De acordo com a Lei 11.370/2009, são princípios institucionais da PC/BA, EXCETO:

- a) a unidade de doutrina e a unidade técnico-científica, aplicados à investigação policial.
- b) a delegação das atribuições funcionais.
- c) a indivisibilidade institucional e da investigação.
- d) a autonomia na execução da atividade policial.
- e) a hierarquia funcional.

40. De acordo com a Lei 11.370/2009, que dispõe sobre a Lei Orgânica da PCBA, a ação disciplinar prescreverá:

- a) em 10 (dez) anos, quanto às infrações puníveis com demissão.
- b) em 02 (dois) anos, quanto às infrações puníveis com cassação de aposentadoria.
- c) em 90 (noventa) dias, quanto à suspensão.
- d) em 180 (cento e oitenta) dias, quanto a advertência.
- e) em 03 (três) anos, quanto à suspensão.

NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO

Fabiano Pereira

41. No que se refere aos princípios da Administração Pública, assinale a alternativa correta.

- a) Em razão do princípio da publicidade, todos os atos administrativos deverão ser divulgados, ainda que nestes contenham informações sigilosas.
- b) O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado não é absoluto, pois deve respeitar o ato jurídico perfeito, direito adquirido e coisa julgada.
- c) O princípio da legalidade prescreve que à Administração Pública é permitido fazer aquilo que não lhe seja proibido por lei.
- d) Em virtude do princípio da autotutela, o Poder Judiciário poderá proceder à revogação ou à anulação de atos praticados pela Administração Pública.
- e) O princípio da indisponibilidade do interesse público determina que não poderá haver interrupção de serviço públicos essenciais.

42. Acerca dos poderes administrativos, analise as afirmativas abaixo e dê valores de Verdadeiro (V) ou Falso (F).

- () O poder hierárquico também se manifesta no âmbito interno das entidades integrantes da Administração Indireta e, ainda, do Poder Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunais de Contas.
- () O desvio de poder, que é espécie de abuso de poder, verifica-se quando o agente público ultrapassa os limites da competência que lhe foi outorgada pela lei.
- () O poder disciplinar assegura à Administração a prerrogativa de apurar infrações e de aplicar penalidade a particulares, ainda que estes não lhes sejam juridicamente vinculados.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo.

- a) V, V, V.
- b) V, F, V.
- c) F, F, V.
- d) F, V, F.
- e) V, F, F.

43. Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna a seguir. O _____ ocorre quando o controle dos atos administrativos é exercido por um Poder diferente daquele responsável pela sua edição.

- a) controle externo.
- b) controle finalístico.
- c) controle interno.
- d) controle de mérito.
- e) controle administrativo.

44. A Lei nº 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e do regime disciplinar. Sobre o assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Configura abandono de cargo a falta ao serviço, sem causa justificada, por sessenta dias, interpoladamente, durante o período de doze meses.
- b) Aplicar-se-á a penalidade de suspensão ao servidor que praticar usura sob qualquer de suas formas.
- c) A aplicação da penalidade de demissão, em decorrência da prática de corrupção, incompatibiliza o servidor para nova investidura em cargo público federal pelo prazo de 5 anos.
- d) A penalidade de advertência terá seu registro cancelado após o decurso de 3 anos de efetivo exercício e terá efeitos retroativos.
- e) A ação disciplinar prescreverá em 120 dias, quanto à advertência, e em 2 anos, quanto à suspensão.

45. Os servidores dos quadros da Polícia Civil do Estado da Bahia, nos termos da Lei 11.370/2009, manterão observância dos seguintes preceitos éticos, **EXCETO**:

- a) servir à sociedade como obrigação fundamental;
- b) preservar a ordem, repelindo a violência;
- c) promover, respeitar e fazer respeitar os direitos e garantias fundamentais;
- d) adotar como princípio fundamental o companheirismo e união;
- e) adotar medidas preventivas contra perturbações da ordem pública, salvo quando for solicitado fora de serviço.

46. A responsabilidade civil do Estado brasileiro pelos danos causados a terceiros encontra-se disciplinada no artigo 37, parágrafo 6º, da Constituição Federal de 1988 (CF/88). Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) Aplica-se a responsabilidade civil objetiva do Estado às pessoas jurídicas de direito privado exploradoras de atividade econômica.
- b) A teoria do risco administrativo, que foi adotada pelo sistema jurídico brasileiro, admite excludentes de responsabilidade, como a culpa exclusiva da vítima.
- c) A fim demonstrar a responsabilidade civil objetiva do Estado, será necessária a comprovação do dolo ou da culpa do agente causador do dano.
- d) O ordenamento jurídico brasileiro não admite a responsabilidade civil do Estado por atos omissivos.
- e) Basta a comprovação do dano pelo particular prejudicado para que o Estado seja civilmente responsabilizado.

47. A Lei Estadual nº 6.677/1994 dispõe sobre o estatuto dos servidores públicos civis do estado da Bahia, das autarquias e das fundações públicas estaduais e trata das licenças. Sobre o assunto, analise as afirmativas abaixo:

- I. A licença por motivo de afastamento do cônjuge será concedida com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- II. É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.
- III. Será concedida licença ao servidor-atleta selecionado para representar o Estado ou o País, durante o período da competição oficial, sem remuneração.

Assinale a alternativa correta.

- a) Apenas as afirmativas I e II estão corretas.
- b) Apenas a afirmativa III está correta.
- c) Apenas as afirmativas II e III estão corretas.
- d) Apenas a afirmativa II está correta.
- e) Todas as afirmativas estão corretas.

48. Ato administrativo é a declaração do Estado ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob o regime jurídico de direito público e sujeita ao controle pelo Poder Público. (Di Pietro, 2010). Acerca desse assunto, assinale a alternativa correta.

- a) Segundo a teoria dos motivos determinantes, o motivo alegado pelo agente público, no momento da edição do ato, deve ser verdadeiro, caso contrário, o ato deverá ser anulado.
- b) A imperatividade é um dos requisitos do ato administrativo e assegura à Administração a prerrogativa de utilização dos meios necessários para a execução deste.
- c) A anulação de um ato administrativo ocorre quando a Administração decide retirá-lo do mundo jurídico em razão de ter se tornado inconveniente ou inoportuno ao interesse público.
- d) Atos discricionários são aqueles que independem de lei para que sejam praticados, podendo ser exercidos com plena liberdade pelo administrador público.
- e) A presunção de legitimidade, que é absoluta, prescreve que todo e qualquer ato é presumivelmente legítimo.

49. Segundo José dos Santos Carvalho Filho (Manual de Direito Administrativo, 30ª edição), a Administração Indireta do Estado “é o conjunto de pessoas administrativas que, vinculadas à respectiva Administração Direta, têm o objetivo de desempenhar as atividades administrativas de forma descentralizada”. Sobre o tema, assinale a alternativa correta.

- a) As entidades autárquicas submetem-se a controle hierárquico exercido pelo ente central criador.
- b) A criação de órgãos públicos é manifestação do instituto da desconcentração.
- c) Os servidores públicos das empresas públicas serão admitidos por meio de concurso público e alcançarão estabilidade nos seus cargos após 3 anos de efetivo exercício.
- d) As fundações públicas somente poderão ser constituídas sob a personalidade de direito público.
- e) As sociedades de economia mista são criadas por meio de lei específica e deverão ser constituídas por capital exclusivamente público.

50. O _____ é aquele que tem por objetivo limitar e condicionar o exercício de direitos e atividades, assim como o gozo e uso de bens particulares, em prol do interesse da coletividade. Assinale a alternativa que preencha corretamente a lacuna.

- a) poder hierárquico.
- b) poder disciplinar.
- c) poder de polícia.
- d) poder vinculado.
- e) poder de soberania.

NOÇÕES DIREITO CONSTITUCIONAL

Fábio Ramos

51. De acordo com a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

- a) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo exigida apenas prévia autorização da autoridade competente.
- b) as entidades associativas, não dependem de autorização expressa para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- c) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- d) São gratuitas as ações de habeas data e o mandado de segurança, e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito.

52. Tanaka ao consultar a CF/88 estava em dúvida em saber qual seria a competência aplicada corretamente ao Presidente da república.

Considerando que ele leu o art 84.

Assinale a alternativa que indica a função exercida pelo presidente da República, dentre as previstas no texto constitucional federal, considerada como inerente à função de Chefia de Governo.

- a) Celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional.
- b) Presidir o Conselho de Defesa Nacional.
- c) Celebrar a paz, autorizado ou com o referendo do Congresso Nacional.
- d) Enviar ao Congresso Nacional o plano plurianual previsto na Constituição.
- e) manter relações com Estados estrangeiros e acreditar seus representantes diplomáticos;

53. A respeito dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos, assinale a alternativa que está de acordo com a Constituição Federal da República.

- a) qualquer eleitor é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- b) Todos podem reunir-se pacificamente em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião já convocada, sendo apenas exigida prévia autorização nas redes sociais.
- c) Somente por decisão judicial transitada em julgado poderá uma associação ser dissolvida compulsoriamente.
- d) As entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados apenas extrajudicialmente.
- e) Compete ao Governador do estado propor ao Congresso Nacional a decretação do estado de calamidade pública de âmbito nacional.

54. Rosenval, servidor público federal, respondeu a processo administrativo disciplinar e recebeu, ao final, a sanção de suspensão de 20 (dez) dias, o que também lhe acarretou outros prejuízos estatutários, como a impossibilidade de ser promovido por merecimento nos dois anos seguintes. Apesar da gravidade das consequências, Rosenval não foi defendido por advogado.

Considerando as garantias constitucionais asseguradas aos brasileiros em geral, a ausência de defesa por advogado:

- a) afronta a garantia constitucional do contraditório.
- b) não afronta a ordem constitucional, desde que Pedro tenha renunciado ao direito à defesa por advogado;
- c) afronta a garantia constitucional do devido processo legal;
- d) afronta a garantia constitucional da ampla defesa;
- e) não afronta a ordem constitucional, desde que tenham sido assegurados o contraditório e a ampla defesa;

55. Rosenval é brasileiro naturalizado, tendo nascido na França. Após muitos anos exercendo atividades na iniciativa privada pretende realizar concurso público e procura verificar quais os cargos que poderia acessar. Nos termos da Constituição Federal, NÃO constitui cargo privativo de brasileiro nato:

- a) Presidente do Congresso nacional.
- b) Oficial das Forças Armadas.
- c) Presidente da Assembléia Legislativa.
- d) Presidente do CNJ.
- e) Nenhuma das alternativas.

56. Tanaka, Deputado Estadual, sempre morou com sua vó e quando criança gostava muito da natureza e por isso virou protetor da natureza e meio ambiente. Consultou sua assessoria sobre a competência do Estado para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição. Em resposta, foi informada de que essa competência era exercida pela União.

À luz da sistemática constitucional, a informação fornecida pela assessoria de Tanaka indica que:

- a) a União e o Estado devem editar as leis sobre a matéria em caráter conjunto.
- b) o Estado somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição se a União delegar por LC;
- c) a União somente pode legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição enquanto o Estado não o fizer;
- d) a União deve limitar-se à edição de normas gerais sobre a matéria;
- e) a União e o Estado podem legislar livremente sobre a matéria quando bem entender;

57. Tibruço estava com sérias dúvidas em relação aos atos processuais no texto constitucional. Foi consultar o art. 5o da Constituição Federal de 1988, e verificou que a regra é que os atos processuais sejam

- a) discretos.
- b) vetustos.
- c) secretos.
- d) públicos.
- e) solenes.

58. Suponha que Ross e Val, casados, cidadãos americanos, estavam de férias no Brasil quando, devido a uma intercorrência médica, Val deu à luz prematuramente ao seu filho Tanaka. Considerando o disposto na Constituição Federal, é correto afirmar que Tanaka

- a) é brasileiro nato e poderá perder sua naturalização em virtude da prática de atividade nociva ao interesse nacional.
- b) Ele tem a Nacionalidade inata e no futuro poderá se candidatar para o cargo de Presidente e Vice-Presidente da República Federativa do Brasil.
- c) é brasileiro naturalizado e no futuro poderá ocupar o cargo de Presidente da Câmara dos Deputados.
- d) deve ser considerado como brasileiro nato, mas não poderá ocupar o cargo de oficial das Forças Armadas, pois seus pais são estrangeiros.
- e) apenas será considerado brasileiro após residir por um ano ininterrupto no Brasil e comprovar que tem idoneidade moral.

59. Silvio estava com dúvidas acerca da organização político-administrativa do Brasil, com base na Constituição Federal/88, marque a opção que Silvio terá certeza que está correta.
- a) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
 - b) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros e formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação do Presidente da República, por Decreto.
 - c) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, mediante aprovação da Assembléia Legislativa do Estado.
 - d) Os Estados não podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros.
 - e) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Países, bastando a aprovação da população diretamente interessada, através de referendo.

60. Tivemos a partir da Emenda Constitucional nº 45/2004, uma importante mudança no nosso ordenamento jurídico, os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos:
- a) sempre terão a natureza jurídica de lei ordinária, exigindo a sua aprovação, pelo Congresso Nacional e a promulgação, na ordem interna, pelo Chefe do Poder Executivo;
 - b) terão a natureza jurídica normas supraconstitucionais, não se integrando, em qualquer hipótese, à ordem jurídica interna do país.
 - c) podem ter a natureza jurídica de emenda constitucional, caso sua aprovação aconteça nas duas casas do Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável da unanimidade dos respectivos membros;
 - d) podem ter a natureza jurídica de lei complementar, desde que o Congresso Nacional venha a aprová-los com observância do processo legislativo ordinário;
 - e) sempre terão a natureza jurídica de emenda constitucional, exigindo, apenas, que a sua aprovação, pelo Congresso Nacional, se dê em dois turnos de votação, com o voto favorável de dois terços dos respectivos membros;

NOÇÕES DE DIREITO PENAL

Renan Araújo

61. A criminalização de determinada conduta e a cominação da respectiva pena devem ser realizadas por meio de lei formal, motivo pelo qual é vedada a criminalização de uma conduta por meio de medida provisória, por exemplo. Isso se dá em razão do princípio:
- a) da reserva legal
 - b) da anterioridade
 - c) da ofensividade
 - d) da intranscendência da pena
 - e) da humanidade da pena

62. Daniela, 23 anos, descobriu estar grávida, já com 04 meses de gestação. Como a gravidez foi indesejada, Daniela decidiu interrompê-la. Para tanto, ingeriu uma bebida que supostamente teria propriedades abortivas, consistente num composto feito à base de raízes e ervas. Passados alguns dias, percebendo não ter ocorrido o aborto, Daniela fez uma pesquisa mais detalhada e concluiu que a referida bebida não seria capaz de provocar aborto, fato este confirmado posteriormente por um médico, seu amigo, a quem confidenciou o ocorrido.

Nesse caso, a conduta de Daniela configura:

- a) crime impossível, por absoluta impropriedade do objeto
- b) tentativa inidônea, pela absoluta ineficácia do meio
- c) autoaborto tentado, de forma que Daniela terá uma redução de pena de um a dois terços.
- d) autoaborto consumado, pois se trata de crime formal.
- e) fato acobertado pelo estado de necessidade.

63. Situação hipotética: José e Pedro sequestraram Daniela, com o fim de exigir do pai da vítima a quantia de 10 milhões de reais como pagamento pelo resgate. No dia 15.03.2022, os agentes capturaram a vítima quando esta saía da faculdade, levando-a para um cativeiro, onde a vítima permaneceu até 17.06.2022, quando foi libertada num matagal. Todavia, no dia 10.05.2022, quando Daniela ainda estava em cativeiro, entrou em vigor nova lei penal modificando a pena prevista para o delito de extorsão mediante sequestro.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por José e Pedro, pelo princípio da reserva legal
- b) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por José e Pedro, desde que a alteração seja benéfica aos agentes
- c) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por José e Pedro, pois é posterior ao fato
- d) A nova lei penal não será aplicada ao crime praticado por José e Pedro, pois se aplica a lei vigente no início da permanência
- e) A nova lei penal será aplicada ao crime praticado por José e Pedro, ainda que a alteração seja prejudicial aos agentes

64. José, querendo matar Daniela, decide atear fogo na casa em que esta reside com seu esposo Bruno. José deseja apenas a morte de Daniela, mas sabe que o incêndio fatalmente levará ao óbito também de Bruno. José, aceitando a morte de Bruno como consequência necessária do meio por ele escolhido, atea fogo na casa, durante a madrugada, momento no qual Daniela e seu marido estavam dormindo. Em razão da conduta de José, Daniela e Paulo vieram a óbito.

Nesse caso, é correto afirmar que houve:

- a) dolo direto de primeiro grau em relação a ambos
- b) dolo eventual em relação a ambos
- c) dolo direto de primeiro grau em relação a Daniela e dolo eventual em relação a Bruno
- d) dolo direto de primeiro grau em relação a Daniela e dolo direto de segundo grau em relação a Bruno
- e) dolo direto de segundo grau em relação a ambos

65. José entrou clandestinamente na residência de seu primo Guto, com a intenção de subtrair alguns pertences. Após entrar na casa, utilizando uma chave de fenda para abrir a fechadura da porta, José começou a procurar bens de valor. Após encontrar joias e dinheiro em espécie, José encontrou também uma foto antiga, na qual ele e seu primo Guto estão se divertindo numa viagem. Arrependido, José abandona a empreitada criminosa e vai embora sem nada subtrair.

Nesse caso, a conduta de José configura:

- a) fato atípico, dada a desistência voluntária
- b) crime de violação de domicílio, em razão da desistência voluntária
- c) crime de violação de domicílio, em razão do arrependimento eficaz
- d) furto simples tentado
- e) furto qualificado tentado

66. No dia 03.06.2022, por volta das 22h, no centro da cidade de Salvador-BA, Fabiano e Wellington subtraíram, mediante grave ameaça exercida com emprego de uma tesoura, o *smartphone* pertencente a Suzana. Após a subtração, os agentes empreenderam fuga, mas foram presos em flagrante três horas depois por policiais militares. No momento da prisão, foi recuperado o *smartphone* pertencente à vítima.

Nesse caso, Fabiano e Wellington devem responder pelo crime de:

- a) roubo majorado pelo emprego de arma branca e pelo concurso de agentes, tentado.
- b) roubo qualificado pelo emprego de arma branca e pelo concurso de agentes, tentado.
- c) roubo majorado pelo emprego de arma branca e pelo concurso de agentes, consumado.
- d) roubo majorado apenas pelo concurso de agentes, consumado.
- e) roubo majorado por ter sido praticado durante o repouso noturno.

67. Durante uma discussão em uma partida de futebol, José, atacante do time “Bola Cheia”, irritado com as constantes pancadas que levava de Marcão, zagueiro do time “Caiu na Área”, dirigiu-se a este com palavras ofensivas, chamando-o de “babaca”, “safado” e “corno”, fato este presenciado pelos demais 20 jogadores em campo.

Nesse caso, a conduta de José configura:

- a) crime de injúria, apenas, sem majoração.
- b) crimes de injúria e calúnia, com majoração.
- c) crime de calúnia, apenas, com majoração.
- d) crime de injúria, apenas, com majoração.
- e) crime de difamação

68. José, 25 anos, encantado com a beleza de sua vizinha Kelly, 16 anos, ofereceu a esta a quantia de R\$ 400,00 para que mantivessem relação sexual. Kelly, de forma consentida, aceitou a proposta, recebeu o dinheiro e manteve com José a relação sexual. O fato, porém, acabou descoberto por Adolfo, pai de Kelly, que procurou a delegacia.

Nesse caso, é correto afirmar que José:

- a) praticou crime de estupro de vulnerável.
- b) praticou crime de favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável.
- c) não praticou crime, dada a atipicidade material da conduta
- d) praticou crime de estupro, qualificado pela idade da vítima
- e) não praticou crime, dada a atipicidade formal da conduta

69. Eduardo tomou conhecimento de que seu filho, Diego, estava sendo investigado pela suposta prática do crime de receptação. Para evitar a prisão do filho, Eduardo comparece à delegacia e, perante o delegado, assume ter sido ele mesmo, Eduardo, o autor do crime. O delegado, porém, desconfia da informação prestada, dá seguimento às investigações e acaba por indiciar Diego pela prática do crime de receptação.

Nesse caso, é correto afirmar que Eduardo praticou o crime de:

- a) autoacusação falsa de crime, consumada
- b) Comunicação falsa de crime
- c) autoacusação falsa de crime, tentada
- d) favorecimento pessoal, sem isenção de pena
- e) favorecimento pessoal, mas será isento de pena

70. Patrícia, necessitando pagar valor menor em sua fatura de energia elétrica, adulterou o medidor de energia elétrica, para que este registrasse valor inferior àquele efetivamente consumido pela residência durante o mês. Agindo assim, Patrícia conseguiu diminuir o valor de sua fatura de energia elétrica em cerca de R\$ 600,00 por mês.

Nesse caso, a conduta de Patrícia configura, em tese:

- a) fato atípico
- b) furto
- c) crime previsto em lei especial
- d) apropriação indébita
- e) estelionato

NOÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

71. Segundo o Código de Processo Penal, a autoridade não poderá mandar arquivar autos de inquérito. Assinale a alternativa que contém a característica do inquérito policial correspondente a essa assertiva.

- a) Dispensável.
- b) Inquisitivo.
- c) Oficioso.
- d) Sigilo.
- e) Indisponível.

72. O inquérito policial deverá terminar no prazo de

- a) 5 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente ou no prazo de 15 dias, quando estiver solto.
- b) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente ou no prazo de 20 dias, quando estiver solto.
- c) 10 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente ou no prazo de 30 dias, quando estiver solto.
- d) 15 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente ou no prazo de 45 dias, quando estiver solto.
- e) 30 dias, se o indiciado tiver sido preso em flagrante, ou estiver preso preventivamente ou no prazo de 90 dias, quando estiver solto.

73. Com relação ao Inquérito policial, logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá, EXCETO:

- a) proceder a reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.
- b) dirigir-se ao local, providenciando a imediata apreensão dos objetos antes da chegada dos peritos criminais.
- c) averiguar a vida pregressa do indiciado, sob o ponto de vista individual, familiar e social, sua condição econômica, sua atitude e estado de ânimo antes e depois do crime e durante ele, e quaisquer outros elementos que contribuam para a apreciação do seu temperamento e caráter.
- d) colher informações sobre a existência de filhos, respectivas idades e se possuem alguma deficiência e o nome e o contato de eventual responsável pelos cuidados dos filhos, indicado pela pessoa presa.
- e) ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

74. O ato da autoridade policial que consiste em imputar a alguém a prática de um crime no inquérito policial é conhecido como:

- a) denúncia.
- b) *notitia criminis*.
- c) queixa-crime.
- d) indiciamento.
- e) delação.

75. De acordo com o Código de Processo Penal, do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito:

- a) não caberá recurso.
- b) caberá recurso para o Desembargador Corregedor Geral de Justiça.
- c) caberá recurso ao Comissário de Polícia.
- d) caberá recurso a Corregedoria-Geral do Ministério Público.
- e) caberá recurso ao Chefe de Polícia.

76. A respeito de busca e apreensão, considere os próximos itens.

I – A busca poderá ser determinada de ofício ou a requerimento de qualquer das partes.

II – Recalcitrando o morador, será permitido o emprego de força contra coisas existentes no interior da casa, para o descobrimento do que se procura.

III – A busca e apreensão é considerada um meio de prova no processo penal.

Está correto apenas o disposto em:

- a) I, II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) II e III.
- e) Nenhuma das alternativas.

77. De acordo com o Código de Processo Penal, a circunstância conhecida e provada, que, tendo relação com o fato, autorize, por indução, concluir-se a existência de outra ou outras circunstâncias é conhecida como:

- a) vestígio.
- b) evidência.
- c) indício.
- d) laudo pericial.
- e) prova direta.

78. Levando em consideração o Código de Processo Penal, serão inadmissíveis, por serem ilícitas, as provas que

- a) violam a moral e os bons costumes.
- b) violam os princípios gerais de direito.
- c) são descobertas de forma fortuita, conhecida como serendipidade.
- d) violam normas infraconstitucionais.
- e) violam normas constitucionais ou legais.

79. Policiais civis estavam na viatura e resolveram passar por um “beco”, quando avistaram Bento cometendo um crime de lesão corporal contra sua namorada. Nesse caso, ocorreu o flagrante:

- a) impróprio.
- b) esperado.
- c) presumido.
- d) real.
- e) preparado.

80. No que tange a prisão em flagrante, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Mesmo que o juiz verifique que o agente é reincidente ou que integra organização criminosa armada ou milícia, ou que porta arma de fogo de uso restrito, não poderá denegar a liberdade provisória, salvo se verificar presente os requisitos que autorizem a prisão preventiva.
- b) A prisão de qualquer pessoa e o local onde se encontre serão comunicados imediatamente ao juiz competente, ao Ministério Público e à família do preso ou à pessoa por ele indicada.
- c) Não havendo autoridade no lugar em que se tiver efetuado a prisão, o preso será logo apresentado à do lugar mais próximo.
- d) Em até 24 horas após a realização da prisão, será entregue ao preso, mediante recibo, a nota de culpa, assinada pela autoridade, com o motivo da prisão, o nome do condutor e os das testemunhas.
- e) Quando o acusado se recusar a assinar, não souber ou não puder fazê-lo, o auto de prisão em flagrante será assinado por duas testemunhas, que tenham ouvido sua leitura na presença deste.

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

Antônio Pequeno

81. Marcos, funcionário público estadual, é investigado pela prática do crime de patrocínio de contratação indevida, por instaurar licitação, em junho de 2021, com o objetivo de favorecer os interesses de uma empresa privada junto à Administração Pública. Descoberto o patrocínio irregular, a licitação vem a ser invalidada pelo poder público. Assim é que, concluídas as investigações, sem que o funcionário admita o cometimento da infração, o Ministério Público oferece denúncia imputando a Marcos a prática do crime descrito no Art. 337-G do Código Penal, com a redação dada pela Lei nº 14.133/21. A pena cominada ao delito em questão é de reclusão de 6 (seis) meses a 3 (três) anos e multa.

Considerando apenas os dados apresentados, assinale a afirmativa correta.

- a) Caberia proposta de transação penal, por se tratar de crime de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.
- b) Caberia proposta de suspensão condicional do processo por dois a quatro anos, mesmo que o crime não seja de menor potencial ofensivo, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.
- c) Não caberia nem a transação penal nem a suspensão condicional do processo, já que o crime em questão não é de menor potencial ofensivo, nos termos da Lei nº 9.099/95.
- d) Caberia, no caso, a suspensão condicional do processo, pelo período de dois a quatro anos, pois a pena privativa de liberdade máxima cominada ao delito é inferior a quatro anos.
- e) Embora não caiba a transação penal, seria admissível a suspensão condicional do processo por um a três anos, já que a pena privativa de liberdade mínima cominada é inferior a um ano.

82. Conforme preceitua o artigo 62 da Lei nº 9.099/95, o processo perante o Juizado Especial Criminal orientar-se-á, dentre outros, pelos seguintes critérios:

- a) oralidade e formalidade.
- b) fungibilidade e economia processual.
- c) informalidade e moralidade.
- d) impessoalidade e economia processual.
- e) economia processual e celeridade.

83. Pela regra do art. 61 da Lei nº 9.099/95, assinale a alternativa que traz pena que corresponde à infração penal de menor potencial ofensivo.

- a) Detenção de 1 (um) a 2 (dois) anos, e multa
- b) Reclusão de 1 (um) a 3 (três) anos.
- c) Detenção de 6 (seis) meses a 4 (quatro) anos.
- d) Detenção de 6 (seis) meses a 3 (três) anos.
- e) Reclusão de 2 (dois) a 4 (quatro) anos, e multa.

84. Tramita no âmbito interno da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Norte processo administrativo disciplinar (PAD) que apura eventual falta funcional praticada por certo delegado de polícia. Durante a instrução do PAD, foi verificada pela autoridade competente que o conduz a necessidade de obtenção de prova emprestada, consistente em interceptação telefônica realizada no bojo de processo criminal. De acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, o compartilhamento de prova pretendido é:

- a) inviável, pois a Constituição da República de 1988 prevê que é inviolável o sigilo da correspondência e das comunicações telegráficas, de dados e das comunicações telefônicas;
- b) inviável, pois a Constituição da República de 1988 prevê que a interceptação telefônica somente pode ser utilizada para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;
- c) viável, desde que devidamente autorizada pelo juízo criminal competente e respeitados os princípios do contraditório e da ampla defesa;
- d) viável, independentemente de prévia autorização pelo juízo criminal, porque, uma vez produzida, a prova pertence ao Estado que é uno;
- e) inviável, pois a Constituição da República de 1988 prevê que a interceptação telefônica somente pode ser produzida no âmbito de investigação e processo criminal ou ação de improbidade administrativa.

85. Nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal, a quebra do sigilo de comunicações telefônicas pode ser determinada

- a) pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público.
- b) pelo Poder Judiciário, somente.
- c) por autoridade policial e pelo Ministério Público.
- d) pela fiscalização tributária, somente.
- e) pelo Ministério Público, somente

86. Enquanto cumpria pena em regime semiaberto, identificou-se que Gabriel tinha uma faca escondida embaixo de sua cama. Após observância de todas as formalidades legais, foi confirmada a conduta de Gabriel, sendo a informação encaminhada para o Poder Judiciário. Considerando apenas as informações expostas, a conduta de Gabriel:

- a) não configura falta grave por ausência de previsão legal;
- b) configura falta grave e permite a regressão de regime e perda da integralidade dos dias remidos;
- c) configura falta grave, permitindo a regressão de regime, mas não a perda de qualquer dia remido a partir do trabalho;
- d) permite o reconhecimento de falta grave e, conseqüentemente, a regressão de regime e a perda de parte dos dias remidos;
- e) não permite conseqüências em relação à progressão ou aos dias remidos, mas tão só a aplicação de regime disciplinar diferenciado.

87. De acordo com o disposto na Lei n.º 8.137/1990, os crimes contra a ordem tributária estarão sujeitos à ação penal pública

- a) incondicionada, a qual somente pode ser promovida após o trânsito em julgado da respectiva execução fiscal.
- b) condicionada à apresentação da representação fiscal para fins penais.
- c) condicionada à apresentação de certidão da fazenda pública que ateste o lançamento definitivo do tributo.
- d) incondicionada, a qual pode ser promovida pelo Ministério Público independentemente de representação fiscal para fins penais.
- e) condicionada ao trânsito em julgado do processo executivo de cobrança, independentemente da apresentação da representação fiscal para fins penais.

88. O agente que patrocina, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público, pratica

- a) prevaricação.
- b) advocacia administrativa.
- c) conduta penalmente atípica.
- d) corrupção passiva privilegiada.
- e) crime funcional contra a ordem tributária.

89. Ulisses, auditor fiscal do município, em auditoria realizada na empresa Skintrade Confecções, constatou irregularidades fiscais no referido estabelecimento. A pretexto de reduzir ou perdoar as referidas dívidas junto ao fisco municipal, exigiu do proprietário da confecção determinado valor em dinheiro. Nesta hipótese, Ulisses cometeu crime

- a) funcional contra a ordem tributária.
- b) de prevaricação.
- c) de condescendência criminosa.
- d) de corrupção ativa.
- e) de excesso de exação.

90. De acordo com a lei 10741/2003 (Estatuto do Idoso), marque alternativa incorreta:

- a) Os crimes definidos nesta Lei são de ação penal pública incondicionada, sendo aplicado os [arts. 181 e 182 do Código Penal](#).
- b) É crime discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:
- c) É crime deixar de prestar assistência ao idoso, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, em situação de iminente perigo, ou recusar, retardar ou dificultar sua assistência à saúde, sem justa causa, ou não pedir, nesses casos, o socorro de autoridade pública:
- d) É crime abandonar o idoso em hospitais, casas de saúde, entidades de longa permanência, ou congêneres, ou não prover suas necessidades básicas, quando obrigado por lei ou mandado:
- e) É crime expor a perigo a integridade e a saúde, física ou psíquica, do idoso, submetendo-o a condições desumanas ou degradantes ou privando-o de alimentos e cuidados indispensáveis, quando obrigado a fazê-lo, ou sujeitando-o a trabalho excessivo ou inadequado:

NOÇÕES DE CONTABILIDADE

Júlio Cardozo

91. Analise as afirmativas abaixo, dê valores Verdadeiro (V) ou Falso (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência correta de cima para baixo:

- () O patrimônio é a finalidade da contabilidade.
- () Direitos são os valores devidos pela entidade e que ela tem que quitar com terceiros.
- () Obrigações são os valores que a empresa tem a receber de terceiros.
- () A representação gráfica do patrimônio se dá em forma de razonetes.

Aponte a alternativa correta:

- a) F, F, F, V.
- b) F, F, F, F.
- c) V, V, V, F.
- d) V, V, V, F.
- e) V, V, V, V.

92. Em relação à natureza contábil das contas e a aplicação do método das partidas dobradas, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta a(s) correta(s).

- I. As contas do ativo e despesas têm seus saldos aumentados por meio de lançamentos a débito e reduzidos a crédito.
- II. Os saldos das contas do passivo, patrimônio líquido e receitas aumentam a crédito e, por consequência, diminuem a débito.
- III. As contas de resultado, receitas e despesas, têm natureza credora e, consequentemente, aumentam a crédito.
- a) I, II e III.
- b) Apenas I e II.
- c) Apenas I e III.
- d) Apenas II.
- e) Apenas III.

93. Assinale a alternativa correta em relação a compra de um veículo, por R\$ 100.000, para utilização de um diretor de uma empresa, com pagamento à vista.

- a) Deve ser classificado como fato contábil permutativo
- b) Deve ser classificado como fato contábil modificativo
- c) Deve ser classificado como fato contábil misto
- d) Deve ser classificado como ato contábil modificativo
- e) Deve ser classificado como ato contábil não modificativo do ativo

94. O contador Julio Cardozo registrou diretamente em uma conta de resultado (despesa) a aquisição de um serviço de seguro, que só deveria ser baixado como despesa por competência.

Para efetuar a retificação desse fato, por meio de um único lançamento, deve-se realizar um(a):

- a) compensação;
- b) complementação;
- c) estorno total;
- d) estorno parcial;
- e) transferência.

95. A empresa Salvador S/A pagou em 01/02/20x2 a importância de R\$ 72.000,00 em seguro, o qual tem vigência por 12 meses, a partir da data em que ocorreu o pagamento. É correto afirmar que o montante que constará em Despesas de Seguros Pagos Antecipadamente (Ativo), em 31 de agosto de 20x2, é de:

- a) R\$ 42.000,00.
- b) R\$ 30.000,00.
- c) Zero.
- d) R\$ 72.000,00.
- e) R\$ 36.000,00

96. A sociedade empresária Ilhéus S/A apresentou os seguintes saldos no Ativo Circulante em 30/09/X4:

Contas a receber	R\$ 360.000,00
(-) Provisão para Devedores Duvidosos	R\$ 30.000,00

Em 10/X4, foi recebido o valor de R\$ 328.000,00, proveniente do saldo existente em 30/09/X4, e a diferença foi considerada incobrável, sendo que não existe possibilidades de recebimento deste valor.

Com relação aos efeitos desta movimentação, pode-se afirmar que:

- a) Deverá ser reconhecida, adicionalmente, uma perda complementar no valor de R\$ 32.000,00.
- b) Deverá ser reconhecido um desconto financeiro no valor de R\$ 32.000,00.
- c) Deverá ser reconhecido um abatimento no valor de R\$ 2.000,00.
- d) Deverá ser reconhecida, adicionalmente, uma perda complementar no valor de R\$ 2.000,00.
- e) Não há necessidade de fazermos nenhuma contabilização.

97. A empresa comercial Salvador S/A adquiriu mercadorias para revenda no valor de R\$ 70.800 já incluído nesse total o valor de R\$ 10.800 referente a impostos não recuperáveis. A negociação foi feita da seguinte forma: 30 % à vista e o restante a ser pago através de três parcelas mensais, consecutivas e de igual valor. Assinale a alternativa que apresenta a correta contabilização a ser efetuada pela empresa comercial referente à aquisição de mercadorias:

- a) D – Estoques R\$ 60.000, D – Impostos não recuperáveis R\$ 10.800, C – Caixa R\$ 18.000, C – Impostos a recolher R\$ 10.800 e C – Fornecedores R\$ 42.000
- b) D – Estoques R\$ 60.000, D – Impostos não recuperáveis R\$ 10.800, C – Caixa R\$ 21.240, C – Fornecedores R\$ 49.560
- c) D – Estoques R\$ 70.800, C – Caixa R\$ 21.240, C – Fornecedores R\$ 49.560
- d) D – Estoques R\$ 70.800, C – Impostos não recuperáveis R\$ 10.800, C – Caixa R\$ 18.000, C – Fornecedores R\$ 42.000
- e) D – Estoques R\$ 81.600, C – Caixa R\$ 21.240, C – Fornecedores R\$ 60.360

98. Conforme previsão da Lei 6404/76, no Balanço Patrimonial, as contas serão classificadas segundo os elementos do patrimônio que registrem, e agrupadas de modo a facilitar o conhecimento e a análise da situação financeira da companhia. No grupo do ativo, as contas serão dispostas em ordem decrescente de grau de liquidez dos elementos nelas registrados. Assinale a alternativa correta:

- a) O Ativo Não Circulante é composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Intangível.
- b) O Ativo Não Circulante é composto por Investimentos, Imobilizado, Diferido e Intangível.
- c) O Ativo Não Circulante é composto por Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimentos, Imobilizado e Diferido.
- d) O Ativo Não Circulante é composto por Investimentos, Imobilizado e Intangível.
- e) O Ativo Não Circulante é composto por Investimentos, Imobilizado, Diferido e Ativo Permanente.

99. De acordo com o CPC 27 - Ativo Imobilizado, depreciação é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil. Sabendo que determinado ativo imobilizado possui valor contábil \$600.000,00 e uma vida útil de 10 anos, o valor do saldo contabilizado no ativo após 06 (seis) anos de uso é de:

- a) R\$ 240.000,00.
- b) R\$360.000,00.
- c) R\$ 600.000,00.
- d) R\$ 60.000,00.
- e) R\$ 540.000,00.

100. A Empresa Itamaraju S/A apresentava em seu sistema contábil em dezembro/2022 as seguintes informações:

Receita Bruta de Vendas: R\$ 300.000,00

Comissões sobre Vendas: R\$ 8.000,00

Custo das Mercadorias Vendidas: R\$ 112.000,00

Descontos Financeiros Concedidos: R\$ 5.000,00

Tributos sobre Vendas: R\$ 36.000,00

Abatimentos sobre Vendas: R\$ 6.000,00

Quanto ao Lucro Bruto da Empresa Itamaraju S/A no período analisado, assinale a alternativa correta.

- a) R\$ 133.000,00
- b) R\$ 138.000,00
- c) R\$ 141.000,00
- d) R\$ 146.000,00
- e) R\$ 258.000,00

Preencha o gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-PC-BA-Investigador-02-07>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>